

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as e ao público em geral às Demonstrações Financeiras da Energética Corumbá III S.A. ("ECIII"), com as respectivas notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

HISTÓRICO
A Energética Corumbá III - ECIII foi constituída em junho de 2001 com o objetivo de construir e operar a usina hidrelétrica Corumbá III. Em agosto de 2006, a companhia se associou ao grupo Neoenergia com a constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III. Atualmente a ECIII é detentora de 40% da concessão do AHE Corumbá III, objeto do Contrato de Concessão No 126/2001 - ANEEL, nos termos da Resolução Autorizativa Nº 980 de 10 de julho de 2007.

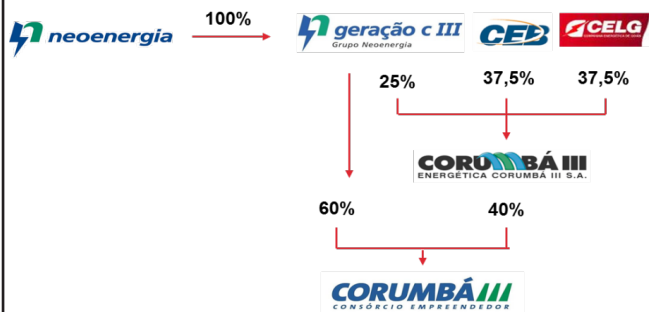
A UHE Corumbá III, localizada no rio de mesmo nome, no Município de Luziânia, teve suas obras efetivamente iniciadas em agosto de 2006, a partir da constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com finalidade de administrar a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III.

A primeira unidade geradora da UHE Corumbá III, com potência autorizada de 47,76 MW, entrou em operação comercial no 24/10/2009 e a segunda em 30/01/2010. A UHE Corumbá III encontra-se totalmente motorizada, sincronizada ao Sistema Interligado Nacional e operando conforme programação estabelecida pelo Operador Nacional do Sistema. Em 04/09/2012 a ANEEL emitiu o Despacho Nº 2.759, alterando o registro da Potência Instalada para 96.447 kW e da Potência Líquida para 89.484 kW da UHE Corumbá III, outorgada nos termos do Decreto s/nº de 15 de outubro de 2001 e do Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica nº 126/2001.

Em 2018 ocorreu a Revisão da Garantia Física da UHE Corumbá a qual foi reduzida de 50,9 MW para 49,3 MW, sendo que na ECIII o valor mudou de 20,360 MW para 19,720 MW.

COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DA COMPANHIA

A composição societária da UHE Corumbá III é a seguinte:



GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de Governança Corporativa da ECIII visam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo busca a unificação de processos, práticas e políticas com as de seus acionistas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria

Executiva. O Acordo de Acionistas orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses.

Conselho de Administração: De acordo com o Acordo de Acionistas o Conselho de Administração é composto por cinco conselheiros, com mandato de 03 anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração reúne pelo menos uma vez a cada trimestre civil e tem como atribuição a orientação geral dos negócios da companhia e a eleição e destituição dos diretores.

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal será instalado conforme definido no Estatuto Social da companhia, mas tem caráter não permanente, podendo ser requerido por quaisquer de seus acionistas anualmente. Atualmente a companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Diretoria Executiva: A Diretoria da companhia é composta por três diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de quatro anos, sendo que o diretor técnico acumula o cargo de diretor técnico no Consórcio Empreendedor Corumbá III. A energia garantida da UHE Corumbá III correspondente a 49,3 MW Médios foi totalmente comercializada junto à Neoenergia Distribuição Brasília S.A., conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado em 12/11/2002, e o Terceiro Termo Aditivo ao mesmo celebrado em 12/11/2007.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
A ECIII, em 31/12/2025, apurou lucro líquido de **R\$ 54.207** (cinquenta e quatro milhões, duzentos e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos).

Abaixo os principais indicadores econômico-financeiros em milhares de reais:

Indicadores empresariais	2025	2024	Variação %
Indicadores Econômicos			
Receita operacional líquida	75.785	72.868	4%
EBITDA	61.359	59.403	3%
Resultado do serviço	55.102	53.364	3%
Resultado financeiro	4.431	1.453	205%
Lucro líquido	54.207	50.799	7%

Indicadores Financeiros

Ativo Total	300.383	258.658	16%
Dívida bruta total	78.280	44.233	77%
Patrimônio líquido	222.103	214.425	4%
Dívida de curto prazo/dívida total (%)	0,74	0,51	44%
Patrimônio líquido/Ativo total (%)	0,74	0,83	-11%

A Companhia está propondo a distribuição do lucro líquido, referente ao exercício de 2025 da seguinte forma: constituição de reserva legal no valor de **R\$ 2.710** (dois milhões, setecentos e dez mil, trezentos e quarenta e três reais e trinta centavos); constituição de reserva de manutenção do capital de giro no valor de **R\$ 2.710** (dois milhões, setecentos e dez mil, trezentos e quarenta e três reais e trinta centavos); distribuição de dividendo mínimo obrigatório no valor de **R\$ 12.874** (doze milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, cento e trinta reais e sessenta e sete centavos); e distribuição de dividendos adicionais no valor de **R\$ 35.912** (trinta e cinco milhões, novecentos e doze mil, quarenta e oito reais e setenta e um centavos), com pagamento até 31/12/2026.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS
Em 2025, a companhia pagou aos acionistas o montante de R\$ 12.065 (doze milhões, sessenta e quatro mil, setecentos e noventa reais e três), relativos aos dividendos mínimo obrigatório apurados do resultado de 2024.

RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

A Usina Hidrelétrica Corumbá III opera amparada por Licença de Operação válida até **22 de julho de 2026**, emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável do Estado de Goiás (SEMAD). No exercício, a Companhia manteve o integral cumprimento das condicionantes ambientais estabelecidas no processo de licenciamento, bem como a execução dos Programas Ambientais previstos no Plano de Gestão Ambiental da Operação.

Dentre os principais programas em andamento, destacam-se:

• **Programas de Monitoramento da Fauna (Ictiofauna, Mastofauna, Avifauna e Herpetofauna):** As atividades de monitoramento continuam sendo realizadas de forma sistemática nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, com resultados satisfatórios, não sendo constatados impactos ambientais relevantes associados à operação da usina.

• **Programa de Monitoramento dos Mecanismos de Transposição de Peixes:** O acompanhamento da eficiência dos sistemas implantados segue conforme exigido, com registros periódicos e análises técnicas que demonstram a adequada funcionalidade dos mecanismos.

• **Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água:** As campanhas de monitoramento das águas superficiais, contemplando parâmetros físico-químicos e biológicos, são realizadas em períodos seco e chuvoso, apresentando resultados compatíveis com os padrões ambientais estabelecidos.

• **Programas de Monitoramento Hidrológico e Hidrossedimentológico:** O controle das vazões, níveis d'água e transporte de sedimentos do rio é realizado continuamente, inclusive com o uso de estações telemétricas, assegurando o adequado acompanhamento do comportamento hidrológico do reservatório.

• **Programa de Monitoramento e Prevenção de Processos Erosivos e Estabilidade de Encostas:** As campanhas de inspeção e monitoramento das margens do reservatório e áreas de preservação permanente (APP) vêm sendo executadas conforme o previsto, não sendo identificadas ocorrências significativas que comprometam a segurança ambiental do empreendimento.

Adicionalmente, a Companhia mantém em execução os programas de **Educação Ambiental, Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Recuperação de Áreas Degradadas, Monitoramento Sismológico e Gestão Ambiental Integrada**, reafirmando seu compromisso com a sustentabilidade, a conformidade regulatória e a responsabilidade socioambiental no desenvolvimento de suas atividades.

AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia firmou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") para a prestação dos serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2025, bem como a revisão das informações financeiras trimestrais. Desde então, a Deloitte não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

CONCLUSÃO

A Administração da ECIII manifesta sua satisfação pelo êxito de seus esforços, no estabelecimento das condições legais, estratégicas, ambientais e financeiras que permitiram a operação da UHE Corumbá III, com a disponibilidade de sua potência total, sem nenhuma restrição técnica. A Administração agradece o apoio incondicional recebido dos acionistas da Empresa, a colaboração de seus servidores e contratados, bem como a parceria com a Geração CIII, subsidiária da Neoenergia, consubstanciada nas ações do Consórcio Empreendedor Corumbá III. Apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2025 bem como o relatório dos auditores independentes.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2025		31/12/2024	
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.254		33.212	
Contas a receber	5	6.934		6.825	
Despesas antecipadas	7	124		124	
Tributos a recuperar	8	2.876		2.699	
Bloqueio judicial	9	64.450		-	
Outros ativos		1.667		933	
Total do ativo circulante		87.305		43.793	
NÃO CIRCULANTE					
Despesas antecipadas	7	1.227		1.352	
Depósitos judiciais		3.319		2.965	
Outros ativos		-		613	
Total do realizável a longo prazo		4.546		4.930	
IMOBILIZADO	10	198.959		199.595	
Intangível	11	9.573		10.340	
Total do ativo não circulante		213.078		214.865	
TOTAL DO ATIVO		300.383		258.658	

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2025		31/12/2024	
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	2.016		2.157	
Obrigações sociais e trabalhistas		275		271	
Impostos de renda e contr. social a recolher	21	1.397		1.112	
Outros impostos a recolher		432		470	
Encargos setoriais	12	2.397		1.868	
Dividendos propostos		46.529		12.065	
Outorga da concessão	13	1.721		1.713	
Outros passivos	15	2.930		2.973	
Total do passivo circulante		57.697		22.629	
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	190		312	
Outorga da concessão	13	8.970		9.120	
Provisões para processos judiciais	14	10.975		11.363	
Outros passivos	15	448		809	
Total do passivo não circulante		20.583		21.604	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	16	121.586		121.586	
Reservas de lucros	16	64.604		59.184	
Proposta para distr. dividendos adicionais	16	35.913		33.655	
Total do patrimônio líquido		222.103		214.425	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		300.383		258.658	

Demonstrações de Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota Explicativa	Exercício de 12 meses findos em:	
		31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	17	75.785	72.868
Custo dos serviços prestados	18	(17.263)	(16.520)
RESULTADO BRUTO		58.522	56.348
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	19	(3.420)	(2.984)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		55.102	53.364
Receita financeira	20	6.705	4.132
Despesa financeira	20	(2.274)	(2.679)
RESULTADO FINANCEIRO		4.431	1.453
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		59.533	54.817
Imposto de renda e contribuição social	21	(5.326)	(4.018)
LCURO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		54.207	50.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais - R\$)

LCURO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	Nota Explicativa	Exercício de 12 meses findos em:	
		31/12/2025	31/12/2024
Outros resultados abrangentes		-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO		54.207	50.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	Nota Explicativa	Reserva de Lucros				Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
		Capital Social realizado	Reserva Legal	Reserva para Capital de Giro	Reserva para Expansão		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		121.586	13.285	13.285	27.534	30.677	206.367
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	50.799
Reserva legal		-	2.540	-	-	-	(2.540)
Reserva de manutenção capital de giro		-	-	2.540	-	-	(2.540)
Dividendos obrigatórios	16,7	-	-	-	-	-	(12.065)
Proposta distr. de dividendos adicionais	16,7	-	-	-	-	33.654	(33.655)
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	(30.676)	(30.676)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		121.586	15.825	15.825	27.534	33.655	214.425
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	54.207
Reserva legal		-	2.710	-	-	-	(2.710)
Reserva de manutenção capital de giro		-	-	2.710	-	-	(2.710)
Dividendos obrigatórios	16,7	-	-	-	-	-	(12.874)
Proposta distribuição de dividendos adicionais	16,7	-	-	-	-	35.913	(35.913)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(33.655)	(33.655)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		121.586	18.535	18.535	27.534	35.913	222.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL A Energética Corumbá III S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001, que tem por objetivo principal a exploração de geração de energia elétrica da Usina de Corumbá III, situada no Rio Corumbá, no município de Luziânia, Estado de Goiás. A construção da Usina de Corumbá III, com potência instalada de 93,6 MW, foi feita em parceria com a Neoenergia Renováveis S.A., nos percentuais de 40% (quarenta por cento) para a Energética Corumbá III S.A. e 60% (sessenta por cento) para a Neoenergia Renováveis S.A. Os investimentos para a construção foram feitos mediante a constituição de um Consórcio denominado Consórcio Empreendedor Corumbá III. O início da operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009, com a operação da primeira turbina. Em 30 de janeiro de 2010, entrou em operação a segunda turbina. A atividade de exploração de geração de energia elétrica é regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. 1.1. **Concessões** O Contrato de Concessão nº 126/2001, de 7 de novembro de 2001 foi firmado entre a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e aditivado em 25 de novembro de 2007, no tocante a transferência parcial de titularidade para a Geração Corumbá III. Este contrato de concessão garante o direito de exploração pelo prazo de 35 anos, com vencimento para 7 de novembro de 2036. Em razão da repactuação do risco hidrológico ocorrida em 2015 o prazo foi estendido por mais 100 dias tendo o vencimento da concessão alterado para 14 de fevereiro de 2037. Recentemente, conforme resolução homologatória 2.932 de 14 de setembro de 2021 emitida pela ANEEL a concessão da UHE Corumbá III foi prorrogada por mais 1.163 dias, a partir de 14 de fevereiro de 2037 até dia 21 de abril de 2040, conforme abaixo. Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados: (i) por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) pelas restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel. Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos

para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a inserção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à inserção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015. Na repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do pronunciamento técnico CPC 04, tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido pronunciamento técnico CPC 04, o ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, dessa forma, o valor do ativo a ser reconhecido é apresentado de acordo com cada usina geradora de energia, no caso da ECIII, a Usina de Corumbá III. As usinas da Energética Corumbá III com direito a extensão de outorga, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 2.919, de 03/08/2021 e nº 2.932, de 17/09/2021, estão relacionadas a seguir:

Código Usina	Nome Usina	Característica da Usina	Extensão do prazo em dias	Impacto financeiro Consórcio (100%)	Impacto financeiro ECIII (40%)
8594	Corumbá III	Repactuadas ACR	1.162,7	23.635	9.454

Em 7 de outubro de 2021 foi assinado o termo de aceitação de prazo de extensão de outorga e desistência e renúncia ao direito de discutir a inserção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao mecanismo de realocação de energia - MRE entre as partes envolvidas, sendo a ECIII e a ANEEL, e aprovaram a adesão à repactuação do risco hidrológico da parcela de garantia física não repactuada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio de extensão de outorga da sua usina hidrelétrica participante do mecanismo de realocação de energia - MRE. Com a assinatura do termo e aprovação por parte dos diretores da ECIII, que inclui a renúncia de futuros questionamentos ou ações judiciais em relação aos riscos hidrológicos em questão, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica "Energia comprada para revenda - Suprimento de Energia Elétrica", no montante de R\$9.454 com impacto positivo no seu resultado operacional. A energia gerada é comercializada pelas

continua ->

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

consorciadas (Energética Corumbá III S.A. e Neoenergia Renováveis S.A.), com a venda da energia contratada totalmente pela Neoenergia Distribuição Brasília S.A., até o ano de 2036, e seu preço é reajustado anualmente no mês de outubro, pela variação do IGPM. **2.3. BASE DE PREPARAÇÃO 2.1. Declaração de conformidade** As Demonstrações Financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 6 de fevereiro de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração** Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos** A preparação das Demonstrações Financeiras, exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. Os principais julgamentos e estimativas estão relacionados a: • Vida útil de ativos de longa duração. • Concessão do Serviço Público (UBP). • Provisão para Processos Judiciais. • Mensuração por meio do valor justo. **2.4.1. Mensuração do valor justo** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). **2.5. Novas Normas e Interpretações vigentes e não vigentes** Os pronunciamentos contábeis que entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 não tiveram impactos relevantes sobre os valores divulgados nestas demonstrações financeiras. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicáveis à Companhia, são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requisitos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas à auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027

Dentre as normas e interpretações apresentadas, a Companhia avalia que apenas a IFRS 18, a qual possui pronunciamento contábil correspondente no Brasil, (CPC 51), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), poderá ter impacto relevante sobre as Demonstrações Financeiras em períodos futuros, principalmente em função de novas exigências relacionadas à apresentação de categorias específicas e subtópicos na demonstração do resultado, divulgações sobre medidas de desempenho definida pela Administração ("MPMs") e aprimoramentos nos requisitos de agregação e desagregação de informações. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB/CPC ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impacto material nas demonstrações financeiras de exercícios sociais subsequentes. **2.6. Julgamento da administração quanto à continuidade operacional** Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais. **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS** A Energética Corumbá III aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Instrumentos financeiros** A Energética Corumbá III classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com a seguinte categoria: **a)** Ativos financeiros. Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Energética Corumbá III mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. (i) Classificação e mensuração subsequente No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Conforme nota explicativa nº 23, os ativos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado pois considera os seguintes aspectos: • São mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **b)** Passivos financeiros Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no exercício que foram incorridos. (i) Classificação e mensuração subsequente Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. **c)** Desconhecimento de um instrumento financeiro Ativos financeiros: A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros: a Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desconhece um

passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **d)** Caixa e equivalentes de caixa A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aplicação. **e)** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado Esses instrumentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o "impairment" são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado. Estão classificados neste grupo os saldos a receber (nota explicativa nº 5) e os saldos junto a fornecedores (nota explicativa nº 12). **3.2. Intangível** Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas pela companhia são as determinadas pela Resolução Normativa nº 674/2015, de 11 de agosto de 2015, destacando-se que as servidões não são amortizadas. Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização foi iniciada quando da entrada em operação da Usina. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. O intangível de utilização do bem público referente à extensão do contrato de concessão (nota explicativa nº 1.2) é amortizado seguindo a orientação da ANEEL e registrado de acordo com cálculo da ANEEL. **3.3. Imobilizado** (i) Reconhecimento e mensuração Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) Custos subsequentes Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) Depreciação A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado, a Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, por meio da Resolução nº 674, em vigor desde 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a ser revertidos ao final da Concessão e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, a Companhia avaliará os efeitos correspondentes em suas demonstrações financeiras. (iv) Contingências A Companhia é parte de processos judiciais e as avaliações de probabilidade de perdas desses processos incluíram a análise das evidências disponíveis com base na avaliação dos assessores jurídicos. Adicionalmente, com a avaliação dos assessores jurídicos, o Consórcio atualiza as informações dos processos com relação aos valores depositados em juízo. Os valores relacionados às contingências são reembolsadas pelas Consorciadas, quando os valores são desembolsados pelo Consórcio para pagamento de contingências. As contingências relacionadas a processos de servidão e desapropriação são contabilizadas no ativo imobilizado ("terrenos em curso") em contrapartida as provisões para contingências, enquanto os processos encontram-se em discussão judicial. A atualização monetária das provisões para contingências é registrada no ativo imobilizado ("terrenos em curso"), uma vez que o Consórcio entende que esses valores compõem o custo de aquisição do ativo. (v) Depósitos judiciais Os depósitos judiciais relativos a processos de servidão e desapropriação são contabilizados no ativo não circulante, pois são considerados ativos financeiros. A atualização monetária dos depósitos judiciais é registrada no ativo imobilizado ("terrenos em curso"). **3.4. Redução ao valor recuperável de ativos** A Administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **3.5. Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido a parcela que exceder ao valor resultante da multiplicação de R\$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro presumido do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.6. Receita de venda de energia** A receita referente à venda da energia gerada pela Energética Corumbá III é reconhecida mensalmente de acordo com o contrato de venda de energia junto à Neoenergia que a ECIII possui, as receitas de vendas de acordo com o contrato são registradas de acordo com sua competência e as notas fiscais emitidas no mês de sua referência com pagamento no mês subsequente em três parcelas iguais. Dessa forma, a receita é reconhecida em sua competência correta no que tange às vendas já firmadas em contrato. Além da venda conforme contrato, a Companhia possui também as vendas de energia em mercado de leilão da CCEE, que é realizada quando ocorre excedente na produção de energia do que prometido em contrato de venda junto à Neoenergia. **3.7. Arrendamento** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento em contas separadas. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. Quando o passivo de arrendamento é mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e o registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. **3.8. Capital Social** O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores dessas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. **3.9. Distribuição de dividendos** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, o pronunciamento técnico CPC 24 e a interpretação técnica ICPC 08 (RT1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. **3.10. Lucro por ação** Os lucros por ação, básico e diluído, são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável. **3.11. Participações em operações em conjunto** Uma operação em conjunto é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos com relação ao acordo. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Quando uma Companhia realiza suas atividades como operações em conjunto, a Companhia, como um operador em conjunto, reconhece com relação à sua participação em uma operação em conjunto: • Seus ativos, incluindo sua participação nos ativos mantidos em conjunto. • Seus passivos, incluindo sua participação nos passivos incorridos em conjunto. • Suas receitas da venda de sua participação no resultado decorrente da operação em conjunto. • Sua participação nas receitas da venda do resultado decorrente da operação em conjunto. • Suas despesas, incluindo sua participação nas despesas incorridas em conjunto. A Energética Corumbá III faz parte de uma operação em conjunto ("joint operation") junto à Neoenergia Renováveis S.A., constituindo o Consórcio Corumbá III para construção da Usina Corumbá III. A construção da Usina de Corumbá III, foi feita em parceria com a Neoenergia Renováveis

S.A., nos percentuais de 40% (quarenta por cento) para a Energética Corumbá III S.A. e 60% (sessenta por cento) para a Neoenergia Renováveis S.A. Os investimentos para a construção foram feitos mediante a constituição de um Consórcio denominado Consórcio Empreendedor Corumbá III. A Companhia contabiliza os ativos, os passivos e as despesas relacionados à sua participação em uma operação em conjunto de acordo com os CPCs aplicáveis a ativos, passivos, receitas e despesas específicos. A operação em conjunto possui impacto, nas contas de Ativo Imobilizado e Intangível, no passivo de provisões para processos judiciais e nas despesas. Os saldos contabilizados pela Energética Corumbá III são provenientes dos saldos informados pelo Consórcio Corumbá III, visto que o imobilizado que constitui o saldo é decorrente de construções e melhorias na Usina, assim como as provisões constituídas possuem origem em processos relacionados à construção da Usina e desapropriações de terra, em sua maioria. **2.12. Receitas e despesas financeiras** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros. • Despesa de juros. • Comissões. • Desconto obtido. • Variação monetária. A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários à vista	3.931	3.177
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7.323	30.035
	<u>11.254</u>	<u>33.212</u>

Em 31 de dezembro de 2025 o caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, por certificados de depósito bancário - CDB, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração média acumulada de 12,14% a.a. (8,73% a.a. em 31 de dezembro de 2024) sem vencimento predeterminado. A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 23. **5. CONTAS A RECEBER** As contas a receber referem-se ao Contrato de compra e venda de Energia Elétrica (CCVEE) entre a Companhia e Neoenergia Distribuição Brasília S.A. e são registradas mensalmente, conforme notas fiscais de saída e dos valores a receber da liquidação da CCEE (Mercado Interno).

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a Receber Partes Relacionadas (nota explicativa nº 6)	6.934	6.743
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	82
	<u>6.934</u>	<u>6.825</u>

Não há riscos significativos de perdas de créditos esperadas, pois, de acordo com o contrato de garantia com o BRB, a ECIII está autorizada a solicitar bloqueio das contas da Neoenergia Distribuição Brasília S.A., mantidas naquela instituição financeira para possibilitar a liquidação financeira imediatamente após eventual inadimplemento. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui contas a receber em atraso. **6. PARTES RELACIONADAS 6.1.** Saldo patrimonial com partes relacionadas As principais transações e os saldos entre partes relacionadas estão relacionados abaixo: **Valores a receber**

	31/12/2025	31/12/2024
Neoenergia Distribuição Brasília S.A. (nota explicativa nº 5)	6.934	6.743
	<u>6.934</u>	<u>6.743</u>

O valor a Receber de aportes de investimentos solicitados e sua aplicação no Ativo Imobilizado. **Valores a pagar**

	31/12/2025	31/12/2024
Encargo de Uso de Energia Elétrica (nota explicativa nº 12)	-	(184)
Benefícios Pós Emprego (nota explicativa nº 15)	-	(10)
	-	<u>(194)</u>

6.2.Resultado com partes relacionadas A Companhia possui transações com partes relacionadas, cujo preço da transação é definido em contrato e a tarifa é determinada previamente pelo órgão regulador (ANEEL) e devem ser liquidados dentro de dois meses da data do balanço. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

	Exercícios findos em:	
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com partes relacionadas		
Neoenergia Distribuição Brasília S.A. - (Venda de Energia) (nota explicativa nº 17)	79.816	76.808
	<u>79.816</u>	<u>76.808</u>

	Exercícios findos em:	
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com partes relacionadas		
Neoenergia Distribuição Brasília S.A. - CUSD (Encargos de Uso da Rede) (nota explicativa nº 18)	(2.231)	(2.145)
	<u>(2.231)</u>	<u>(2.145)</u>

6.3. Remuneração dos administradores

	Exercícios findos em:	
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com partes relacionadas		
Salários (Administradores)	(662)	(640)
	<u>(662)</u>	<u>(640)</u>

7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de despesa antecipada refere-se substancialmente à repactuação do risco hidrológico em que a Companhia reconheceu como despesa paga antecipadamente, o qual vem sendo apropriado ao resultado do exercício com valores amortizados mensalmente até o final da concessão.

	31/12/2025	31/12/2024
Repactuação do Risco Hidrológico	1.351	1.476
Circulante	124	124
Não Circulante	1.227	1.352

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Imposto de Renda a Recuperar (i)	2.876	2.699

(i) Refere-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. **9. BLOQUEIO JUDICIAL** No curso de procedimento judicial em trâmite sob sigilo, a Companhia identificou que foi indevidamente incluída em medidas de constrição patrimonial, as quais resultaram em bloqueio judicial de valores, decorrentes de uma associação equivocada com integrante de seu Conselho de Administração, que atuou exclusivamente como conselheiro suplente, sem participação ativa na gestão da Companhia no período de 2019 a 2022. As manifestações administrativas e judiciais cabíveis foram tempestivamente apresentadas por escritório especializado, e aguardam decisão judicial, assim como outros requerimentos formulados no mesmo procedimento. A Companhia vem adotando, de forma coordenada e diligente, todas as medidas processuais e institucionais necessárias à adequada condução do caso, observadas as restrições decorrentes do sigilo processual, com vistas à apreciação dos pleitos apresentados e à eventual liberação dos valores objeto da constrição. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, e considerando os critérios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Administração entende que, na presente data: • Não é provável a materialização de perda financeira para a Companhia, tendo em vista que o tema decorre de associação equivocada sem nexo de responsabilidade para a Companhia. • O risco associado ao desfecho do processo é classificado como "possível", conforme evidenciado na nota explicativa nº 14. • O montante envolvido no procedimento é de R\$64.450 mil, o qual não representa expectativa de perda mas apenas valor objeto das medidas administrativas. O caso segue sendo acompanhado de forma contínua e estratégica pela Administração, e eventuais impactos serão oportunamente reconhecidos nas demonstrações financeiras, caso ocorram alterações relevantes na perspectiva de perda, no valor envolvido ou na fase procedimental. **10. IMOBILIZADO** As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são as determinadas pela Resolução Normativa nº 674/2015, de 11 de agosto de 2015, com base na vida útil média dos equipamentos e instalações do setor elétrico. Destaca-se que o contrato de concessão da UHE Corumbá III foi assinado em 07/11/2001 e possui cláusula de indenização ao final da concessão, permitindo a depreciação por vida útil e não pelo período da concessão, pois o valor remanescente será indenizado. Não há nenhum fato que indique que os parâmetros de vida útil estabelecidos pela ANEEL não sejam as melhores estimativas a serem adotadas pela Companhia, e, portanto, os terrenos não são depreciados, conforme a referida resolução. **a)** Composição • Ativo Imobilizado em Serviço

Descrição	Taxa de depreciação a.a. %	31/12/2025		31/12/2024	
		Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço:					
Terrenos		30.482	-	30.482	30.380
Reservatórios, Barragens e Aduas	1,88%	144.420	(41.576)	102.844	143.059
Edificações, Obras Cíveis e Beneficiárias	2,32%	16.187	(5.004)	11.183	15.383
Máquinas e Equipamentos	2,93%	54.154	(24.167)	29.987	51.752
Veículos	14,24%	369	(214)	155	387
Móveis e Utensílios	6,25%	71	(51)	20	71
		<u>245.683</u>	<u>(71.012)</u>	<u>174.671</u>	<u>241.032</u>

continua →

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

* continuação

Ativo Imobilizado em Curso

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em curso						
Terenos	19.795	-	19.795	19.570	-	19.570
Reservatórios, Barragens e Adutoras	676	-	676	234	-	234
Edificações, Obras Cíveis e Benfiteiras	412	-	412	831	-	831
Máquinas e Equipamentos	2.337	-	2.337	3.227	-	3.227
Veículos	77	-	77	-	-	-
Transf. fabric. e Reparo Material	14	-	14	14	-	14
Material em Depósito	977	-	977	970	-	970
Imobilizado em Curso	24.288	-	24.288	24.846	-	24.846
Imobilizado Líquido	269.971	(71.012)	198.959	265.878	(66.283)	199.595

No advento do termo final de contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados à UH passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização do investimento inicial do imobilizado e dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original, desde que aprovados pela ANEEL e ainda não amortizados, realizando a indenização no valor total do ativo imobilizado líquido no momento do término da concessão. O valor será apurado mediante auditoria própria da ANEEL. b) Movimentação A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em Serviço			Em Curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro 2023	230.613	(61.675)	168.938	28.390	28.390	197.328
Adições (a)	463	-	463	6.412	6.412	6.875
Transferências	9.956	-	9.956	(9.956)	(9.956)	-
Depreciação do Exercício	-	(4.608)	(4.608)	-	-	(4.608)
Saldos em 31 de dezembro 2024	241.032	(66.283)	174.749	24.846	24.846	199.595
Adições (a)	(18)	-	(18)	4.111	4.111	4.093
Transferências	4.669	-	4.669	(4.669)	(4.669)	-
Depreciação do Exercício	-	(4.729)	(4.729)	-	-	(4.729)
Saldos em 31 de dezembro 2025	245.683	(71.012)	174.671	24.288	24.288	198.959

(a) As adições do imobilizado incluem transações com efeito caixa e não caixa, totalizando R\$4.093 em adições. As adições que impactaram caixa totalizaram o valor de R\$5.005, e as adições que não têm efeito caixa totalizaram (R\$912), são referentes as movimentações de depósitos judiciais no valor de (R\$354), movimentações de provisões e atualizações de contingências no valor de (R\$512) e movimentações de fornecedores e encargos setoriais no valor de (R\$46), descritas na nota explicativa nº 25. 11. INTANGÍVEL As taxas de amortização utilizadas pela companhia são as determinadas pela Resolução Normativa nº 674/2015, de 11 de agosto de 2015, destacando-se que as servidões não são amortizadas.

Descrição	Taxa de Amortização a.a. %	31/12/2025		31/12/2024			
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço:							
Intangível - UBP	3,68%	4.814	(2.864)	1.950	4.814	(2.868)	2.126
Intangível - Outros (Extensão)	8,11%	9.454	(3.194)	6.260	9.454	(2.427)	7.027
Intangível - Licença Operação	16,16%	3.571	(2.747)	824	2.884	(2.164)	720
Intangível - P&D	20%	393	(393)	-	393	(393)	-
Intangível - faixa de servidão		314	-	314	314	-	314
Intangível - software	20%	152	(152)	-	152	(150)	2
		18.698	(9.350)	9.348	18.011	(7.822)	10.189
Intangível em curso:							
Intangível - software		225	-	225	151	-	151
Intangível Líquido		18.923	(9.350)	9.573	18.162	(7.822)	10.340

O saldo em 31 de dezembro 2025 é constituído por direitos de uso de software, servidão de passagem e pela UBP. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em Serviço			Em Curso		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro 2023	18.011	(6.391)	11.620	28	28	11.648
Adições	-	-	-	123	123	123
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortização do Exercício	-	(1.431)	(1.431)	-	-	(1.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18.011	(7.822)	10.189	151	151	10.340
Adições	-	-	-	761	761	761
Transferências	687	-	687	(687)	(687)	-
Amortização do Exercício	-	(1.528)	(1.528)	-	-	(1.528)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	18.698	(9.350)	9.348	225	225	9.573

12. FORNECEDORES E ENCARGOS SETORIAIS a) Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Compra de Energia CCEE	27	35
Materiais e Serviços	1.821	1.966
Compra de Energia Outros Fornecedores	358	284
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	184
	2.206	2.469
Circulante	2.016	2.157
Não Circulante	190	312

b) Encargos Setoriais

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	26	50
Ministério de Minas e Energia - MME	25	25
Recursos em Poder da Empresa (a)	2.156	1.606
Taxa de Fiscalização - TFSEE	14	13
Compensação Financeira - CFURH	176	174
	2.397	1.868

(a) A referida obrigação regulatória tem como objetivo fomentar a inovação tecnológica, a eficiência operacional e o desenvolvimento sustentável do setor elétrico brasileiro, sendo operacionalizada por meio de projetos previamente aprovados e fiscalizados pela ANEEL, conforme os critérios estabelecidos no Manual de P&D da agência reguladora. A referida obrigação regulatória tem como objetivo fomentar a inovação tecnológica, a eficiência operacional e o desenvolvimento sustentável do setor elétrico brasileiro, sendo operacionalizada por meio de projetos previamente aprovados e fiscalizados pela ANEEL, conforme os critérios estabelecidos no Manual de P&D da agência reguladora. 13. OUTORGA DA CONCESSÃO Tem origem nas obrigações de pagamento da utilização do bem público advindas do contrato de concessão perante o poder concedente. A dívida originalmente é composta por 326 parcelas mensais com valor nominal de R\$35, a serem pagas até novembro de 2036. Estas parcelas estão reconhecidas ao custo nominal atualizado pela inflação e trazido a valor presente pela taxa de 12% a.a. A Companhia iniciou os pagamentos quando entrou em operação. O saldo da dívida está segregado entre circulante e não circulante, como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	1.721	1.713
Não Circulante	8.970	9.120
	10.691	10.833

No exercício de 2025 foram pagas 12 parcelas mensais, totalizando o valor de R\$1.720. A cada pagamento, é feita a transferência do passivo não circulante para o passivo circulante, no mesmo valor, para manter o saldo de 12 parcelas de amortização no passivo circulante. A tabela abaixo resume o valor dos pagamentos do passivo:

	2025	2024
2026		1.764
2027		1.764
2028		1.764
2029 em diante		5.399
		10.691

14. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, que incluem processos de natureza tributária e cível. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas. A Administração adota o procedimento de classificar os processos judiciais impetrados contra a Companhia em função da probabilidade de perda, baseado na opinião dos consultores jurídicos. Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. Os saldos e a movimentação das provisões para riscos tributários e cíveis e trabalhistas são apresentados abaixo:

Perda Provável	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	10.972	11.352
Trabalhista	3	11
	10.975	11.363
	Cível	Trabalhista
A movimentação do exercício foi:		
Saldo no final do exercício 31/12/2023	11.145	-
Constituição de processos judiciais - Imobilizado	199	-
Constituição de processos judiciais - Resultado	-	10
Atualização de processos judiciais - Imobilizado	2.169	-
Atualização de processos judiciais - Resultado	136	1
Reversão de provisão e atualizações processos judiciais - Imobilizado	(2.211)	-
Reversão de provisão e atualizações de processos judiciais - Resultado	(86)	-
Saldo no final do exercício 31/12/2024	11.352	11
Atualização de processos judiciais - Imobilizado	1.016	-
Atualização de processos judiciais - Resultado	132	-
Reversão de provisão e atualizações processos judiciais - Imobilizado	(1.528)	-
Reversão de provisão e atualizações de processos judiciais - Resultado	-	(8)
Saldo no final do exercício 31/12/2025	10.972	3

• Cíveis A estimativa de processos judiciais cíveis fundiários analisados como prováveis de perda corresponde ao total de R\$10.972 em 31 de dezembro de 2025 (R\$11.352 em 31 de dezembro de 2024), e encontra-se provisionada. • Trabalhistas A estimativa de processos judiciais trabalhistas analisados como prováveis de perda corresponde ao total de R\$3 em 31 de dezembro de 2025 (R\$11 em 31 de dezembro de 2024), e encontra-se provisionada. Contingências passivas possíveis

Perda possível	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias (a)	774	793
Cíveis	70.108	495
Trabalhistas	-	59
Total	70.882	1.347

(a) Tributárias Não há valores provisionados. Entretanto, as contingências tributárias correspondem a apuração de ICMS/DIFAL do imposto incidente na aquisição de mercadorias destinadas ao uso/consumo ou ativo imobilizado no exercício de 2009. Totalizando um total estimado de R\$774 em 31 de dezembro de 2025 (total estimado em R\$793 em 31 de dezembro de 2024) com expectativa de perda possível. Os valores das contingências (prováveis e possíveis) foram atualizados monetariamente pela variação do INPC e acrescidos de juros de 1% a.m. 15. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Provisão Renovação Licença de Operação (i)	2.930	2.963
Benefícios Pós-Emprego (ii)	-	10
	2.930	2.973
Não circulante		
Recursos em Poder da Companhia (iii)	393	394
Provisão Renovação Licença de Operação (i)	55	415
	448	809

(i) Provisão de programas ambientais referem-se a investimentos a serem realizados pelo Consórcio decorrente de condicionantes estipuladas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente para a obtenção da licença de operação. Dessa forma, a provisão está elaborada com base na melhor estimativa da Administração para os desembolsos futuros de caixa esperado para o cumprimento dos investimentos a serem realizados ao longo da validade da licença. (ii) Os benefícios pós emprego se referem a contrapartida da Companhia para a Previdência Privada de seus colaboradores. (iii) Os recursos em poder da Companhia se referem aos gastos apurados no projeto de P&D em 2014, que foram levados a débito na conta de mesma natureza do passivo circulante, em observância ao previsto no MCSE. 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 16.1. Capital social Integralizado:

Ações ordinárias	Ações preferenciais		Total		
	Classe Única	Classe única			
Acionistas					
Cia Energética de Brasília S.A. (CEB)	15.198	25%	30.397	50%	45.595
CELG Participações S.A.	15.198	25%	30.397	50%	45.595
Neoenergia Renováveis S.A.	30.396	50%	-	-	30.396
	60.792	100%	60.794	100%	121.586

16.2. Da integralização do capital e ações a) O Capital Social é integralizado totalizado em 121.586 dividido em 60.792 em ações ordinárias nominativas e 60.794 em ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal. b) As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências: • Direito de dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. • Prioridade na distribuição de dividendos. • Prioridade no reembolso do capital sem prêmio. A CELG-GT segregou suas atividades de geração das atividades de transmissão transferindo-as para a CELG Participações. A transferência das ações da CELG GT para CELGPAR foi efetuada no Livro de Transferência de Ações Nominativas e no Livro de Registro de Ações Nominativas em 11/10/2021, tornando-se esta última, acionista da Companhia, sucedendo a CELG GT em todos os direitos e obrigações.

Ações ordinárias (on)	Ações preferenciais (pn)		Ações Total		
	Quantidade	Part %		Quantidade	Part %
Acionista					
Ceb	15.198	25	30.397	50	45.595
Celgpar	15.198	25	30.397	50	45.595
Neoren	30.396	50	-	-	30.396
Total	60.792	100	60.794	100	121.586

16.3. Reservas de Lucros

	2025	2024
Reserva Legal	18.535	15.825
Reserva Manut. Capital de Giro	18.535	15.825
Reserva para Expansão	27.534	27.534
	64.604	59.184

16.4. Reserva legal A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Essa constituição é efetuada somente quando do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro do ano corrente. 16.5. Reserva de capital de giro A reserva para capital de giro é uma reserva estatutária constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado anualmente. Essa constituição está de acordo com o Estatuto Social - Capítulo VIII - Das Reservas, Lucros e Dividendos em seu artigo 40. 16.6. Reserva para expansão A reserva para expansão foi definida pela AGE com a finalidade de reter do lucro o saldo remanescente do lucro líquido no percentual de 65%, após as destinações legais e estatutárias. Essa reserva foi constituída até 2016 para fazer face às obras de construção e serviços complementares para a Usina Corumbá III. Essa reserva deixou de ser constituída por determinação da AGE e o percentual atualmente constituído é distribuído condicionada à anuência prévia do BNDES. 16.7. Distribuição de dividendos O estatuto, em respeito à Lei nº 6.404/76, art. 202, estabelece no seu capítulo IV, art. 36, o percentual de 25% de dividendos obrigatórios a distribuir, a cada exercício. Os valores em 31 de dezembro de 2025, para cada um dos acionistas, estão demonstrados conforme a tabela abaixo:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	54.207	50.799
Dividendo mínimo obrigatório	12.874	12.065
Companhia Energética de Brasília - CEB	4.904	4.596
CELG - Geração e Transmissão - GELG G & T	4.904	4.596
Neoenergia Renováveis S.A.	3.066	2.873
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.874	12.065
Dividendos Adicionais Propostos	35.913	33.655

O valor de proposta para distribuição de dividendos adicionais corresponde ao saldo remanescente do lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias. No exercício de 2025 houve o pagamento no montante de R\$12.065 referente a dividendos mínimo obrigatório destinados ao resultado de 2024. Não houve o pagamento dos dividendos adicionais devido ao bloqueio judicial, conforme nota explicativa nº 9. 17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA A receita corresponde, majoritariamente, ao suprimento de energia relacionado com o contrato de venda de energia de longo prazo com a distribuidora de energia elétrica Neoenergia Distribuição Brasília S.A. Eventualmente há receitas decorrentes da Contabilização da CCEE.

Vendas Brutas	31/12/2025	31/12/2024
Neoenergia Distribuição Brasília S.A. (nota explicativa nº 6)	79.816	76.808
Outros - Liquidação CCEE	767	552
Total das Vendas Brutas	80.583	77.360
Dedução da Receita (i)	(4.798)	(4.492)
	75.785	72.868

(i) O saldo refere-se a:

	31/12/2025	31/12/2024
Programa de Integração Social - PIS	(526)	(502)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(2.421)	(2.318)
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	(758)	(159)
Taxa fiscalização Aneel	(166)	(159)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(927)	(785)
	(4.798)	(4.492)

18. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2025	31/12/2024
Aquisição de Energia de Curto Prazo	(4.470)	(3.847)
Encargos do Uso da Rede Elétrica (nota explicativa nº 6)	(2.231)	(2.145)
Serviços de Terceiros	(3.770)	(3.661)
Depreciação	(4.706)	(4.436)
Amortização	(1.522)	(1.619)
Outros Custos de Operação (i)	(564)	(812)
	(17.263)	(16.520)

(i) Outros custos de operação estão relacionados à compra de materiais, consumo de energia própria, perdas ou desativações. Foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público do Estado de Goiás, por intermédio da Promotoria de Justiça de Luziânia, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Goiás, o Município de Luziânia e o Consórcio Empreendedor Corumbá III (CEC III). Posteriormente, foram firmados dois Termos Aditivos ao referido TAC, ambos devidamente assinados. O terceiro Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público do Estado de Goiás e o Consórcio Empreendedor Corumbá III foi homologado judicialmente nos autos do Processo nº 5417136-48.2025.8.09.0100. A homologação judicial ocorreu em 25 de julho de 2025, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Comarca de Luziânia, 2ª Vara (Cível, da Fazenda Pública Municipal, de Registros Públicos e Ambiental). 19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(1.818)	(1.530)
Administradores	(662)	(640)
Serviços de Terceiros	(706)	(605)
Depreciação		

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

→ continuação

Caixa e equivalentes de caixa	Cenários Projetados			
	Provável	Possível -25%	Remoto -50%	
Valor do principal (nota explicativa nº 4)	11.254	11.254	11.254	
Taxa: 85% CDI	12,14%	9,11%	6,07%	
Valor de aplicação indexada (resultado financeiro)	1.366	1.025	683	
Impacto no caixa e equivalentes de caixa	1.366	1.025	683	

Risco de Liquidez		31/12/2025		31/12/2024	
		%		%	
Índices Econômico-Financeiros					
Índice de Liquidez Corrente =	AC	87.305	151%	43.793	194%
	PC	57.697		22.629	
Índice de Liquidez Imediata =	CEC	11.254	20%	33.212	147%
	PC	57.697		22.629	

O risco de liquidez é associado à possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e a diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos que tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da Companhia para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. **24. COMPROMISSOS Venda de energia** O compromisso futuro de venda de energia elétrica contratada está apresentado abaixo da seguinte forma em valores nominais em 31/12/2025:

Ano	Volume		Valor Nominal (valores em R\$)
	MWh	Preço	
2026	178.354	457,74	81.639.577
2027	178.354	457,74	81.639.577
2028	178.842	457,74	81.863.247
2029	178.354	457,74	81.639.577
2030 em diante	1.219.238	457,74	558.094.112
	1.933.142		884.876.090

Os compromissos de venda de energia elétrica são atualizados de forma anual, em outubro de cada ano, utilizando-se o IPCA de doze meses acumulados. **25. TRANSAÇÕES EFEITO NÃO-CAIXA** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou transações de bens do ativo imobilizado e intangível, dos quais uma parte são itens que não impactam os fluxos de caixa relativos à aquisição destes ativos. A conciliação entre as aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível reconhecidas contabilmente e o respectivo impacto líquido nas demonstrações dos fluxos de caixa encontra-se apresentada no quadro a seguir:

Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 10)	2025
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa - (provisão, atualizações e reversões para processos judiciais fundiários)	(4.093)
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa - (provisão, atualizações e reversões de depósitos judiciais)	(512)
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa - (fornecedores e encargos setoriais)	(354)
Aumento de imobilizado com efeito caixa	(46)
(i) Efeito não caixa em fornecedores e encargos setoriais	(5.005)
Variação do passivo em fornecedores e encargos setoriais	266
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa - (Direito de Uso)	14
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa - (Estoque Livre)	13
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa - (Outros Judiciais)	19
Atualização direito de uso e retenção caução que não tiveram efeito caixa	(56)
Efeito caixa em fornecedores e encargos setoriais	257
(ii) Efeito não caixa em processos para demandas judiciais	(388)
Variação do passivo de processos para demandas judiciais	
Variação de processos para demandas judiciais contra imobilizado que não tiveram efeito caixa	512
Ajuste ao lucro líquido do período (DFC)	124
(iii) Efeito não caixa em depósitos judiciais	(354)
Variação do ativo de depósitos judiciais	
Variação de depósitos judiciais contra imobilizado que não tiveram efeito caixa	354
Efeito caixa em depósitos judiciais	-
(iv) Efeito não caixa em ativos intangíveis	767
Variação do ativo intangível	(776)
Efeito caixa em ativo intangível	(9)

26. EVENTOS SUBSEQUENTES Não houve eventos subsequentes posteriores a 31 de dezembro de 2025.

Diretoria

Luiz Paulo Branco Gazola
Diretor-presidente

Marcos Roberto Silva
Diretor Administrativo Financeiro

João Alfredo de Mendonça Uchôa
Diretor Técnico

Conselho da Administração

Marcelo José Cavalcanti Lopes
NEOREN

Rodolfo Fernandes da Rocha
NEOREN

Adriano da Rocha Lima
CELGPAR

Thais Moraes de Sousa
CELGPAR

Ana Cristina Pereira Valle
CEB

Jorge Rego da Silva
CEB

Alisson de Castro Barboza
Contador - CRC/DF 021017/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Energética Corumbá III S.A. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Corumbá III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Corumbá III S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com para saber mais. A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com. © 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgado, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Brasília, 6 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Bruno Cunha Dutra da Silveira
Contador
CRC nº MG 112354/O-4 "T" DF



A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 01/04/2026

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP Nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal de Brasília ou acesse o link: jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/

